



PROCESSO Nº 9.869/2022  
EDITAL Nº 64/2022  
CHAMADA PÚBLICA 03/2022, POR MEIO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**CHAMAMENTO PÚBLICO** n.º 03/2022, para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural conforme §1º do art.14 da Lei n.º 11.947/2009 e Resolução FNDE n.º 26/2013 com as alterações da Resolução FNDE n.º 04/2015, a saber: **AQUISIÇÃO ANUAL DE 2.000 KG (DOIS MIL QUILOS) DE GELÉIA DE MORANGO, ATRAVÉS DE CHAMADA PÚBLICA, POR MEIO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO.**

A Prefeitura Municipal BAURU, pessoa jurídica de direito público, com sede à PRAÇA DAS CEREJEIRAS, nº1 - VILA NOEMY - 17014-900, inscrita no CNPJ sob n.º46.137.410/0001-80, representada neste ato pela Secretária Municipal da Educação, **Sra. Maria do Carmo Monteiro Kobayashi**, no uso de suas prerrogativas legais e considerando o disposto no art.14, da Lei nº 11.947/2009 e na Resolução FNDE n.º 26/2013 com as alterações da Resolução FNDE n.º 04/2015, através da Divisão de Compras e Licitações, vem realizar **CHAMAMENTO PÚBLICO** para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, **durante o período de 12 meses.**

Os interessados (Grupos Formais) deverão entregar o envelope com a documentação para habilitação e Projeto de Venda até às **09h00** do dia **18/04/2022**, na Divisão de Compras e Licitações, situada na Secretaria Municipal da Educação - Alameda Dama da Noite nº 3-14, Parque Vista Alegre, Bauru/SP, CEP 17.020-050.

A Sessão Pública de abertura dos envelopes ocorrerá às **09h00** do dia **18/04/2022**, na Sala de Reuniões da Secretaria Municipal da Educação.

***Esta aquisição justifica-se para realizar o atendimento alimentar dos alunos matriculados na Rede Municipal e Estadual de Ensino deste município, com base num cardápio elaborado por nutricionistas para cumprir as determinações da Resolução/CD/FNDE nº 6, de 08 de maio de 2.020 e Lei Federal nº 12.982, de 28 de maio de 2.014.***

Os Anexos integram o presente edital, quais sejam:

- Anexo I – Modelo de Projeto de Venda
- Anexo II – Modelo de Contrato de Venda
- Anexo III – Termo de Ciência e notificação
- Anexo IV – Cadastro do responsável que assinará o contrato
- Anexo V – Termo de recebimento
- Anexo VI – Modelo de procuração
- Anexo VII – Declaração de Responsabilidade para informar o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA
- Anexo VIII – Declaração de Responsabilidade pelo controle do atendimento ao limite individual
- Anexo IX – Modelo de Declaração de produção própria (Grupo Formal)

## 1. OBJETO

- 1.1. O objeto do presente **CHAMAMENTO PÚBLICO** é a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, conforme especificações abaixo:

ITEM Nº	PRODUTO
1	<b>GELEIA DE MORANGO:</b> O PRODUTO DEVERÁ ESTAR DE ACORDO COM A NTA 02 E 25 (DECRETO 12.846/1978), RESOLUÇÃO/CD/FNDE Nº 6, DE 8 DE MAIO DE 2020 E DEMAIS LEGISLAÇÕES VIGENTES PERTINENTES AO PRODUTO. INGREDIENTES MÍNIMOS: MORANGO E AÇÚCAR. PODERÁ CONTER OUTROS INGREDIENTES, DESDE QUE PERMITIDOS PELA LEGISLAÇÃO, SEJAM DECLARADOS NO RÓTULO E QUE NÃO DESCARACTERIZEM O PRODUTO. NÃO DEVERÁ CONTER CORANTES, AROMATIZANTES, EDULCORANTES E CONSERVANTES. DEVERÁ SER CONSERVADO EM



TEMPERATURA AMBIENTE E SER ISENTO DE GLÚTEN. CARACTERÍSTICAS: COR, ODOR, SABOR E CONSISTÊNCIA CARACTERÍSTICA. EMBALAGEM PRIMÁRIA: POTE DE VIDRO COM TAMPA, ATÓXICO, RESISTENTE, COM LACRE DE PROTEÇÃO INTACTO, PESANDO DE 190 A 500 GRAMAS. EMBALAGEM SECUNDÁRIA: CAIXAS DE PAPELÃO, LACRADAS E RESISTENTES.

1.2 Estimativa de preços máximos que a Administração pagará pelo quilo do produto.

ITEM N°	PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	GELEIA DE MORANGO	Quilograma	2.000	R\$ 31,57	R\$ 63.140,00
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO</b>					<b>R\$ 63.140,00</b>

**1.3. Produto:**

1.3.1. O produto deverá estar de acordo com as Normas, Resoluções e Portarias da ANVISA / Ministério da Saúde, ou Ministério da Agricultura, conforme legislação vigente e atender rigorosamente todas as exigências contidas na Especificação Mínima, no item Solicitação de Compras, o contrário implicará em desclassificação.

1.3.2. Os itens cotados deverão seguir rigorosamente todas as especificações mínimas contidas neste Edital, no item Solicitação de Compras, o contrário implicará em desclassificação.

1.3.3. As embalagens deverão apresentar as informações de Prazo de Validade e Lote, impressos, gravados ou marcados de forma facilmente visível, legível e indelével (Resolução RDC N° 259 da ANVISA), essas informações deverão constar diretamente na embalagem primária do produto. Deverá conter os Ingredientes, Composição Nutricional (Resolução RDC N° 360 da ANVISA), além das informações exigidas pela NTA 02 do Código Sanitário (Decreto 12.486 de 20/10/1978 da SES-SP).

1.3.4. O contrato terá vigência pelo prazo de 12(doze) meses, a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57, §1º da Lei Federal n° 8.666/93.

**2. FONTE DE RECURSO**

2.1. Reserva de verba n° 2.089, conforme indicação da folha 102 dos autos;

2.2. O valor máximo que o município poderá contratar nesta aquisição é de **R\$ 63.140,00 (sessenta e três mil cento e quarenta reais)**, conforme preço médio apurado nos autos do processo.

**3. HABILITAÇÃO DO FORNECEDOR**

3.1. Os Fornecedores da Agricultura Familiar poderão comercializar sua produção agrícola na forma de Grupo Formal, de acordo com o Art. 27 da Resolução FNDE n.º 26/2013 com as alterações da Resolução FNDE n° 04/2015.

**3.2. ENVELOPE N° 01 – HABILITAÇÃO DO GRUPO FORMAL**

3.2.1 O Grupo Formal deverá apresentar no Envelope n° 01, os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

I - a prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

II - o extrato da DAP Jurídica para associações e cooperativas, emitido nos últimos 60 dias;

III - a prova de regularidade com a Fazenda Federal, relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

IV - Cópia do Estatuto e Ata de Posse da atual Diretoria da entidade, registrado na Junta Comercial, no caso de cooperativas, ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de associações. Em se tratando de empreendimentos familiares, deverá ser apresentada cópia do Contrato Social, registrado em Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

V - a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados/cooperados (Anexo IX);

VI - a declaração do seu representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus cooperados/associados (Anexo VIII);

VII - a prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso;

VIII - a declaração de responsabilidade de informar o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA (Anexo VII).

3.2.2. Os documentos devem ser apresentados em original, cópia autenticada por órgão competente ou por servidor do município.

3.2.3. Os documentos apresentados deverão ser, obrigatoriamente, da mesma sede, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos para matriz e todas as filiais. Caso Grupo Formal seja vencedor, o contrato será celebrado e executado pelo estabelecimento que apresentou a documentação.

3.2.4. Caso o Grupo Formal pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta Chamada, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação constante na habilitação.



#### 4. ENVELOPE Nº 02 – PROJETO DE VENDA

- 4.1. No Envelope nº 02 os Grupos Formais deverão apresentar o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, conforme Anexo I (modelo da Resolução FNDE n.º 26/2013 com as alterações da Resolução FNDE nº 04/2015), obedecendo ao que segue:
- a) Ser formulado em 01(uma) via, contendo a identificação da associação ou cooperativa, datada e assinada por seu representante legal;
  - b) Deverão constar todos os dados solicitados no ANEXO I, de cada Agricultor Familiar, em ordem alfabética, cooperados ou associados da referida DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF;
  - c) Não serão aceitas DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF, de mesmo número para Agricultores diferentes, Duplicidade de DAP (cônjuge);
  - d) Discriminação dos gêneros alimentícios ofertados, conforme especificações na Cláusula do Objeto, separado por Agricultor Familiar, respeitando o limite individual por DAP/ano estabelecido em Lei;
  - e) O preço unitário de cada item (algarismo), deve ser cotado em Real e com até duas casas decimais após a vírgula (R\$ 0,00), observado o preço de aquisição;
  - f) Poderá ser cotada quantidade parcial por item, de acordo com a disponibilidade de fornecimento do Grupo Formal.
  - g) Apresentar, no PROJETO DE VENDA, o valor total correspondente à somatória do valor individual de venda por ano de cada Agricultor Familiar, organizado em pessoa jurídica participante da Dispensa de Licitação Nº 03/2022, **obedecendo ao limite máximo de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) DAP/ano/entidade executora;**
  - h) Estar incluídas as despesas com frete, logística de distribuição, recursos humanos e materiais, assim como os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários, quando for o caso, e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do fornecimento do objeto da Dispensa de Licitação Nº 03/2022.

#### 5. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

- 5.1 Para seleção, os projetos de venda habilitados serão divididos em: grupo de projetos de fornecedores locais, grupo de projetos do território rural, grupo de projetos do estado, e grupo de propostas do País.
- 5.2. Entre os grupos de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:
- I - o grupo de projetos de fornecedores locais terá prioridade sobre os demais grupos.
  - II - o grupo de projetos de fornecedores do território rural terá prioridade sobre o do estado e do País.
  - III - o grupo de projetos do estado terá prioridade sobre o do País.
- 5.3. Em cada grupo de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:
- I – os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas, não havendo prioridade entre estes;
  - II – os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, segundo a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003;
  - III – os Grupos Formais (organizações produtivas detentoras de Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP Jurídica) sobre os Fornecedores Individuais (detentores de DAP Física);
- 5.4. Caso o Município (EEx). Ex. não obtenha as quantidades necessárias de produtos oriundos do grupo de projetos de fornecedores locais, estas deverão ser complementadas com os projetos dos demais grupos, em acordo com os critérios de seleção e priorização citados nos itens 5.1. e 5.2.
- 5.5. No caso de empate entre grupos formais, terão prioridade organizações com maior porcentagem de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais no seu quadro de sócios, conforme Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Jurídica.
- 5.6. Em caso de persistir o empate, será realizado sorteio ou, em havendo consenso entre as partes, poderá optar-se pela divisão no fornecimento dos produtos a serem adquiridos entre as organizações finalistas.

#### 6. DO LOCAL E PERIODICIDADE DE ENTREGA DOS PRODUTOS

##### 6.1. Fornecimento

- 6.1.1. O fornecimento dos itens deverá ser efetuado parceladamente, conforme solicitação realizada pelo Departamento de Alimentação Escolar - DAE, por escrito (via email), com previsão de **entrega trimestral**, ou de acordo com as necessidades do departamento, correndo por conta da contratada as despesas com seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da entrega.
- 6.1.2. O grupo vencedor deverá seguir rigorosamente os dias, horários e prazos de entrega que é de **10 (dez) dias úteis**, não podendo haver atrasos.
- 6.1.3. Eventualmente, caso o grupo vencedor tenha alguma intercorrência referente à logística de entrega, deverá documentar a justificativa junto ao Órgão Solicitante, imediatamente após o recebimento do pedido de entrega, e o mesmo poderá deferir ou indeferir a solicitação, de acordo com as necessidades.



6.1.4. Constatada qualquer irregularidade na entrega dos produtos, o grupo vencedor, obrigando-se a trocá-los no prazo máximo de **05 (cinco) dias corridos** a contar da emissão da notificação de devolução dos mesmos, sob pena de sujeitar-se a aplicação das multas ou rescisão do contrato nos termos legais.

6.1.5. O produto a ser entregue estará diretamente vinculado ao ofertado na proposta escrita, ficha técnica e amostra apresentada.

6.1.6. O Município rejeitará, no todo ou em parte, o produto que estiver em desacordo com o Edital.

## 6.2. Entrega:

6.2.1. O grupo vencedor deverá entregar o produto no Departamento de Alimentação Escolar, sito a Av. Eng.º Hélio Póllice, s/nº - Jardim Redentor - Almoxarifado Central, de **segunda a sexta das 08h às 11h30 das 12h30 às 15h30**, de acordo com as necessidades do Departamento.

6.2.3. Na primeira entrega, o grupo vencedor deverá dirigir-se ao Departamento de Alimentação Escolar para a entrega da seguinte documentação:

- a) Declaração de garantia da validade, do padrão de qualidade e da segurança higiênico-sanitária e bromatológica dos produtos a serem fornecidos durante a vigência do Contrato, **ou enquanto o último lote de produtos entregues ainda estiver apresentando validade.**
- b) Documento em papel timbrado informando quais são os veículos de entrega, o número da placa e uma cópia autenticada do documento emitido pelo órgão competente que autoriza o transporte de alimentos. Caso um veículo não relacionado no documento seja utilizado para entregas durante a vigência do Contrato, este deverá vir acompanhado do Certificado de Vistoria emitido pelo órgão competente.
- c) Caso o transporte seja realizado por:
  - c.1) um veículo não relacionado no documento para entregas durante a vigência do Contrato, este deverá vir acompanhado de cópia do Certificado de Vistoria emitido pelo órgão competente
  - c.2) empresa terceirizada, além do documento emitido por órgão competente autorizando o transporte de alimentos, deverá apresentar cópia do contrato de prestação de serviços.

6.2.4. No momento da entrega os produtos deverão dispor de, no mínimo, **12 (doze) meses** de validade.

6.2.5. A quantidade solicitada do produto via pedido, deverá ser entregue em sua totalidade e apresentar o **mesmo lote e/ou validade.**

6.2.6. O veículo utilizado para realizar as entregas deverá ser adequado, conforme normas sanitárias, deverá possuir cabine do condutor isolada de um compartimento de carga fechado, apresentar-se em bom estado de conservação, com revestimento interno liso, impermeável, atóxico e resistente aos procedimentos de higienização e livres de produtos, substâncias, animais, pessoas e objetos estranhos à atividade de transporte de alimentos. Os entregadores deverão estar adequadamente uniformizados, conforme a legislação sanitária vigente. Os entregadores, assim como os veículos de transporte, deverão se apresentar em adequadas condições de higiene.

**6.2.7. Caso o transporte seja realizado por empresa terceirizada, a responsabilidade e a garantia da qualidade continuam sendo do grupo vencedor. Caso ocorra qualquer problema durante as entregas, o grupo vencedor será notificado para tomar ciência e providências necessárias.**

6.2.8. O município poderá recusar o objeto contratado, caso esteja em desacordo com a proposta oferecida no certame, com mal estado de conservação com perfuração ou mau cheiro. O produto deverá ser de primeira qualidade, sendo assim serão considerados apenas os que atenderem as especificações contidas neste edital.

6.2.9. No caso de dúvidas quanto ao atendimento integral das especificações do produto, ou seja, das características sensoriais (odor, sabor, solubilidade, consistência, cor, etc.) e técnicas (composição nutricional, embalagem, etc.), o Departamento de Alimentação Escolar realizará análise e verificação do produto entregue de modo a confrontá-lo com as exigências de qualidade definidas neste Edital e com a amostra contra-prova.

6.2.10. O município reserva-se o direito de extrair amostras dos produtos entregues, caso haja dúvida quanto à qualidade higiênico-sanitária e bromatológica dos mesmos, e encaminhá-las para análises em Laboratório Oficial, correndo as despesas por conta do grupo vencedor, com fundamento no Artigo 75 da Lei federal nº 8.666/93.

6.2.11. Durante a vigência do contrato, o Departamento de Alimentação Escolar poderá realizar visita técnica ao grupo formal, a fim de verificar as condições higiênico-sanitárias do estabelecimento e do processo de produção.

6.2.12. O grupo formal se compromete a fornecer os produtos com prioridade de atendimento, tendo em vista o interesse público.

## 7. DO PROCEDIMENTO E JULGAMENTO

7.1. No dia, horário e local citado no preâmbulo deste edital a Comissão Permanente de Licitações da Secretaria da Educação iniciará a sessão pública, a fim de realizar a abertura e análise dos ENVELOPES – DOCUMENTAÇÃO E PROJETO DE VENDA.

7.2. O representante do grupo formal deverá apresentar documento oficial com foto e, se for o caso, procuração conforme ANEXO VI, que permita identificar que tem poderes para representar.



7.3. Na sessão pública, registrada em ata, a Comissão realizará a abertura dos ENVELOPES – DOCUMENTAÇÃO e respectivo PROJETO DE VENDA e observará as exigências das Cláusulas III e IV deste edital. A análise dos PROJETOS DE VENDA seguirão o previsto no § 6º do art. 29 da Resolução/CD/FNDE Nº 26, de 17 de junho de 2013.

7.4. Durante a conferência dos Documentos de Habilitação e Projeto de Vendas, poderá a Comissão suspender para obter a autenticidade das certidões, das DAP's Físicas e Jurídicas bem como realizar outras diligências necessárias.

7.5. Estando toda a documentação e projetos de venda conforme o edital, o(s) Grupo(s) Formal(is) é(serão) declarado(s) **Habilitado**.

7.5.1. Tal decisão será, como todo ato, registrado em Ata e será encaminhada para conhecimento dos participantes via e-mail, oportunidade em que será também convocada a primeira Classificada para apresentar o seguinte:

- a) **Duas amostras do item cotado, em suas embalagens originais**, acompanhadas de Ficha Técnica emitida pela empresa produtora assinada pelo Responsável Técnico com indicação do Conselho de Classe ou Cargo. Sendo uma amostra para análise de conformidade com o Edital, avaliação realizada pela Equipe Técnica de Departamento de Alimentação Escolar e outra amostra para ser comparada com o produto que será entregue pela empresa vencedora.
- b) Declaração de Disponibilidade para apresentação do Laudo Bromatológico com exame microbiológico (documento original) de laboratório oficial credenciado pelo Ministério da Saúde e/ou Agricultura, Universidades Estaduais ou Federais, caso haja dúvida quanto à composição nutricional e/ou segurança microbiológico do alimento.
- c) Alvará Sanitário ou Licença de Funcionamento, emitida por órgão sanitário.

7.5.2. As amostras e documentos técnicos serão encaminhados para a Divisão de Nutrição, que analisará e expedirá Laudo técnico de aprovação ou reprovação, tendo em vista a especificação do produto e exigências deste edital.

7.6. Assim, a Comissão realizará a publicação da Habilitação/Classificação de todos os proponentes, observando em Ata de Classificação aquele Grupo Formal que atendeu integralmente ao edital (documentação/projeto de venda e aprovação da amostra), tendo em vista que somente o primeiro classificado na fase de Habilitação será convocado pra apresentar as amostras. Após a publicação no Diário Oficial de Bauru, as proponentes terão o prazo recursal de 02 (dois) dias úteis contra decisão da Comissão.

7.7. Na ausência ou irregularidade da documentação, a Comissão Permanente de Licitações da Secretaria da Educação poderá conceder prazo para devida regularização, conforme previsto no § 4º do art. 27 da Resolução/CD/FNDE Nº 26/13.

7.8. A Comissão Permanente de Licitação reserva-se o direito de realizar a consulta eletrônica das DAP's individuais de cada agricultor relacionado no Projeto de Venda a fim de comprovar a sua regularidade.

7.9. A Comissão Permanente de Licitação habilitará/classificará os grupos formais, conforme os critérios da Resolução/CD/FNDE Nº 26, de 17 de junho de 2013.

7.10. Decorrido o prazo recursal contra Habilitação/Classificação, ou após decidido sobre recurso que porventura seja interposto, será remetido os autos para a autoridade competente a fim de realizar Homologação e posterior Adjudicação, ao(aos) proponente(s) vencedor(es).

7.10.1. Os documentos técnicos, bem como as amostras, serão analisados conjuntamente.

#### **7.11. Sobre a apresentação das AMOSTRAS:**

7.11.1. As amostras deverão ser apresentadas em sua embalagem original, com as informações de Prazo de Validade e Lote, impressos, gravados ou marcados de forma facilmente visível, legível e indelével (Resolução RDC Nº 259 da ANVISA), essas informações deverão constar diretamente na embalagem primária do produto. Deverá conter os Ingredientes, Composição Nutricional (Resolução RDC Nº 360 da ANVISA), além das informações exigidas pela NTA 02 do Código Sanitário.

As amostras serão submetidas, além da análise prevista no subitem 7.5.2. do edital a verificação das características sensoriais como sabor, cor, textura e aroma.

#### **7.11.2. Procedimentos para avaliação:**

**Embalagem:** Será avaliado se a embalagem mantém a integridade física do produto, não podendo apresentar-se violada, rasgada ou furada; serão verificadas as exigências de composição nutricional, rotulagem e validade na embalagem primária, incluindo as determinações das legislações vigentes ao produto; será pesada; higienizada com álcool e pano de limpeza; será aberta e seu conteúdo será observado.

**Rotulagem:** Nos rótulos das embalagens deverão constar de **forma clara e indelével** as seguintes informações: nome do fabricante, CNPJ, telefone, nº do lote, data de validade, peso, composição, informações sobre conservação, marca, conteúdo e informações nutricionais.

**Ficha Técnica:** Serão confrontadas as informações da embalagem primária com as informações da ficha técnica, além de verificadas as exigências quanto à embalagem secundária.

**Análise Sensorial:** Os testes serão realizados de forma a obter a comprovação de que os produtos atendem as especificações técnicas apresentadas e exigidas neste edital. Serão avaliadas as características organolépticas como cor, odor, sabor e textura que deverão ser característicos.

## **8. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSO**



- 8.1. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar, devendo protocolar o pedido em até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Comissão julgar e responder à impugnação em até 03 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113, da Lei Federal nº 8.666/93.
- 8.2. Decairá do direito de impugnar os termos do edital, perante a Comissão, o proponente interessado que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos ENVELOPES – DOCUMENTAÇÃO E PROJETO DE VENDA.
- 8.3. Da decisão de Habilitação emitida pela Comissão, cabe recurso, no prazo de 02(dois) dias úteis a contar da publicação do ato e terão efeito suspensivo.
- 8.4. Os recursos deverão ser protocolados na Divisão de Compras e Licitações da Educação ou através do e-mail [compras.edu@bauru.sp.gov.br](mailto:compras.edu@bauru.sp.gov.br), aos cuidados da Comissão Permanente de Licitações – SME.
- 8.5. Não serão considerados os recursos que se baseiam em aditamento ou modificações da proposta, bem como sobre matéria já decidida em grau de recurso.
- 8.6. Interposto o recurso, os memoriais serão remetidos aos demais interessados, que poderão impugná-lo no prazo de 02(dois) dias úteis.
- 8.7. É vedada a apresentação de mais de um recurso sobre a mesma matéria pelo mesmo grupo formal.
- 8.8. A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento, por escrito, a todos os interessados.
- 8.9. Local para protocolar as impugnações e recursos: **Divisão de Compras e Licitações da Educação, Alameda Dama da Noite nº 3-14, Parque Vista Alegre, Bauru/SP, CEP 17.020-050, horário das 08 às 12 e 13 às 17 horas.**

## 9. DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. Após a adjudicação, o proponente melhor classificado será convocado para assinar o contrato, de acordo com modelo apresentado no ANEXO II. Deverá(ão) assinar no prazo de até 05(cinco) dias úteis da convocação feita pelo Departamento de Comunicação e Documentação - DCD, sob pena de decair do direito de contratação.
- 9.2. O limite individual de venda do agricultor familiar e do empreendedor familiar rural deve respeitar o valor máximo de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por Declaração de Aptidão/ano/entidade executora.
- 9.3. Ao Departamento de Alimentação compete o controle do limite total de venda das cooperativas e associações, nos casos de comercialização com grupos formais.
- 9.4. **Os contratos que resultarão do presente Chamamento Público, terão prazo de duração de 12 (doze) meses**, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as condições estabelecidas na Chamada Pública Nº 03/2022.

## 10. PAGAMENTO

- 10.1. O pagamento será efetuado, até o **10º (décimo) dia corrido**, a contar da entrega do documento fiscal (nota) correspondente ao fornecimento efetuado na Secretaria Municipal de Economia e Finanças, obedecendo à ordem cronológica de sua exigibilidade, mediante ordem bancária através de instituição financeira indicada pelo proponente em seu Projeto de Venda.
  - 10.1.1. **Na nota fiscal de cada entrega deverá constar discriminado o nome e nº das DAP's individuais de cada agricultor, correspondente à(s) quantidade(s) fornecida(s).**
- 10.2. Não será efetuado qualquer pagamento ao fornecedor enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

## 11. DO TERMO DE RECEBIMENTO DE ENTREGA

- 11.1. A entrega dos gêneros alimentícios deverá ser realizada conforme dispõe a Cláusula VI, e é imprescindível a aceitação para o recebimento dos alimentos, observando-se as condições estabelecidas neste Edital, mediante preenchimento do TERMO DE RECEBIMENTO – ANEXO V, a ser confeccionado pelo GRUPO FORMAL de forma padronizada com a sua logomarca; preenchido em 03 (três) vias, sendo a primeira via do município; a segunda via do GRUPO FORMAL (se for o caso) e a terceira via do Agricultor ou Empreendedor de Base Familiar Rural.
- 11.2. Só será(ão) aceito(s) pelo município, Termo(s) de Recebimento sem rasuras, assinado e carimbado (com o número de matrícula) do diretor ou servidor designado para o recebimento, cabendo ao Almoxarifado de Gêneros Alimentícios o direito de conferir a qualidade e a quantidade do(s) produto(s) e alterar a informação discriminada quando houver divergência, com a rubrica do responsável pelo recebimento no item corrigido.

## 12. DA RESCISÃO

- 12.1. O município poderá, a qualquer tempo, e sem necessidade de adoção de qualquer outra providência na esfera judicial, rescindir a avença, ao amparo e na forma dos arts. 77 a 80, Lei Federal nº 8.666/93, estando asseguradas em quaisquer hipóteses, as garantias constitucionais ao contraditório, à ampla defesa e ao devido processo legal.

## 13. DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLÊNCIA



- 13.1. No caso de atraso injustificado na execução do contrato ou de sua inexecução parcial, o Município de Bauru reserva-se o direito de aplicar multa moratória de 2% (dois por cento) ao dia, até o total de 05 (cinco) dias sobre o valor da parcela inadimplida do contrato, além das demais sanções previstas no art. 87 da Lei Federal n.º 8.666/93, quais sejam:
  - 13.1.1. Advertência;
  - 13.1.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida do contrato em caso de rescisão unilateral;
  - 13.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração, com prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;
  - 13.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorridos o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
- 13.2. O vencedor, depois de cientificado pelo Município da imposição de qualquer penalidade, poderá apresentar no prazo de 10 (dez) dias corridos, por escrito, sua defesa, para decisão. O Município se reserva o direito de julgar, considerados os parâmetros legais pertinentes.
- 13.3. As multas aplicadas poderão ser descontadas de eventual crédito existente do vencedor ou cobradas judicialmente.

#### 14. DAS RESTRIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 14.1. Encontram-se impedidos de participar do presente chamamento os interessados que:
  - 14.1.1. Estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração, de acordo como art. 87 inc. III da Lei Federal n.º 8.666/93 e art. 7º, caput da Lei Federal n.º 10.520/02;
  - 14.1.2. Tenham sido declarados inidôneos, por qualquer órgão público federal, estadual ou municipal, para contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção de que trata o inciso anterior.
  - 14.1.3. Estejam sob o regime de falência decretada ou concordatária;
  - 14.1.4. Funcionem sob regime de consórcio ou grupo de empresas nacionais ou estrangeiras com subcontratação ou formas assemelhadas;
  - 14.1.5. Contem com funcionário ou servidor público municipal entre seus dirigentes, gerentes, acionistas ou detentores de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnicos ou subcontratados;
  - 14.1.6. Sejam Servidores ou dirigentes de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.
- 14.2. Os impedimentos, acaso existentes, deverão ser declarados pelo proponente, sob pena de responsabilidade administrativa e penais cabíveis, conforme legislação vigente.
- 14.3. Obriga-se o proponente a manter, durante todo o período de vigência do contrato, as condições de habilitação exigida no edital.

#### 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:

- 15.1. O Município designa como ÓRGÃO GERENCIADOR do contrato a Secretaria Municipal da Educação, que terá a incumbência de efetuar a prática de todos os atos de controle e gerenciamento ao contrato.
- 15.2. São integrantes deste contrato a Secretaria Municipal da Educação, designadas como ÓRGÃOS PARTICIPANTES da mesma.
- 15.3. O Município de Bauru designa ainda, como Gestor(a) e Fiscal deste contrato, os seguintes servidores:
  - a) Gestor Titular: **Franly Regina Craveiro**, matrícula 26.028 portador(a) do RG n.º \_\_\_\_\_ e CPF n.º \_\_\_\_\_;
  - b) Gestor Suplente: **Francine Brandão Dolo de Souza**, matrícula 30.618, portador(a) do RG. \_\_\_\_\_ e CPF \_\_\_\_\_;
- 15.4. A Contratada, designa como Gestor(a) deste contrato, o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) do RG n.º \_\_\_\_\_ e CPF n.º \_\_\_\_\_, conforme constante na seu projeto de venda, que é parte integrante deste documento.
- 15.5. Ao(s) gestor(es) do contrato por parte do Município de Bauru, além das atribuições previstas no art. 67 da Lei Federal n.º 8.666/93 e Decreto Municipal n.º 13.832/2018, compete:
  - a) acompanhar e atestar o recebimento definitivo dos produtos;
  - b) conferir, atestar e encaminhar para pagamento a nota fiscal;
  - c) encaminhar a Divisão de Compras e Licitações documentos que relacione as ocorrências de irregularidades no cumprimento do fornecimento, a fim de notificar a licitante para sanar as irregularidades;



- d) solicitar a licitante vencedora e seus prepostos todas as providências necessárias ao bom andamento dos fornecimentos;
- e) verificar se os produtos fornecidos pela licitante vencedora estão de acordo com as especificações e determinando o que for necessário a regularização das falhas observadas.
- 15.5.1. Assegurar-se, quando do uso do contrato, quanto aos valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização.
- 15.5.2. Zelar, pelos demais atos da contratada, relativos ao cumprimento das obrigações assumidas, e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais.
- 15.5.3. Informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa da contratada em atender às condições estabelecidas no edital, firmadas neste contrato, quanto às divergências relativas à entrega ou as características e origem dos bens registrados.

## 16. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 16.1. O preço de aquisição desta Chamada Pública foi apurado conforme determina o § 1º e 2º do art. 29 da Resolução/CD/FNDE Nº 26, de 17 de junho de 2.013 e Resolução/CD/FNDE Nº 4, 02 de abril de 2015.
- 16.2. Em não se obtendo as quantidades necessárias, estas poderão ser complementadas com propostas de grupos da região, do território rural, do estado e do país, nesta ordem de prioridade.
- 16.3. Os produtos alimentícios deverão atender ao disposto na legislação de alimentos, estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária / Ministério da Saúde e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
- 16.4. Os gêneros alimentícios a serem entregues ao Município serão os definidos neste Chamamento Público.
- 16.5. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar o procedimento por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo invalidá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, sem que caiba direito a qualquer indenização;
- 16.6. Os casos não previstos neste Edital e seus Anexos serão decididos pela Comissão Permanente de Licitações da Educação, nomeada na Portaria nº 50/2021-SME, nos termos da Lei n.º 11.947, de 16/07/2009, Resolução/CD/FNDE Nº 26, de 17 de junho de 2.013, Resolução/CD/FNDE Nº 4, de 2 abril de 2015 e outras pertinentes.
- 16.7. A Comissão ou autoridade superior poderá em qualquer fase promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do certame e do processo.
- 16.8. Fica eleito o foro da Comarca de Bauru/SP, com renúncia dos demais, por mais privilegiados que sejam, para dirimir as questões suscitadas da interpretação desta licitação, sua nota de empenho e demais atos deles decorrentes.

Bauru, 25 de março de 2.022

Maria do Carmo Monteiro Kobayashi  
**Secretária Municipal da Educação**





**ANEXO I**  
Modelo de Projeto de Venda

Modelo proposto para os **Grupos Formais**

<b>PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE</b>			
<b>IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMADA PÚBLICA Nº 03/2022</b>			
<b>I – IDENTIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES</b>			
<b>GRUPO FORMAL</b>			
1. Nome do Proponente	2. CNPJ		
3. Endereço	4. Município/UF		
5. E-mail	6. DDD/Fone	7. CEP	
8. Nº DAP Jurídica	9. Banco	10. Agência da Conta	11. Nº da Conta
12. Nº de Associados	13. Nº de Associados de acordo com a Lei Nº 11.326/2006	14. Nº de Associados com DAP Física	
15. Nome do Representante Legal	16. CPF	17. RG	
18. DDD/Fone:	19. Data de nascimento:	20. E-mail pessoal	
21. Endereço	22. Município/UF		



II – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC							
1. Nome da Entidade				2. CNPJ		3. Município/UF	
4. Endereço					5. DDD/Fone		
6. Nome do Representante e E-Mail					7. CPF		
III - RELAÇÃO DE PRODUTOS							
1. Produto	2. Marca do Produto	3. Unidade	4. Quantidade	5. Preço de Aquisição*		6. Cronograma de Entrega dos Produtos	
				5.1 VI. Unitário	5.2 VI. Total		
Geléia de Morango, conforme especificação mínima estabelecida no edital nº 064/2022.		KG		R\$ 31,57			
IV - RELAÇÃO DE COOPERADOS							
1. Nome do Empreendedor rural Familiar	2. CPF	3. DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF	4. Produto	5. Unidade	6. Qtd/Un	7. Preço Proposto KG	8. Valor Total
			Geléia de Morango	KG		R\$ 31,57	
Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.							
Local e Data:	Assinatura do Representante do Grupo Formal:			Fone/E-mail:			

\*Preço de aquisição é o preço a ser pago ao fornecedor da agricultura familiar. (Resolução FNDE n.º 26/2013 com as alterações da Resolução FNDE n.º 04/2015 Art.29, §3º).



## ANEXO II

### Modelo de Contrato de Venda MINUTA DE CONTRATO

PROCESSO Nº 9.869/2022

CONTRATO N.º...../2022

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR – **AQUISIÇÃO ANUAL DE 2.000 KG (DOIS MIL QUILOS) DE GELÉIA DE MORANGO, ATRAVÉS DE CHAMADA PÚBLICA, POR MEIO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**, PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BAURU E .....

O presente contrato é firmado entre o MUNICÍPIO DE BAURU, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça das Cerejeiras, 1-59, nesta cidade de Bauru (SP), inscrito no CNPJ. sob n.º 46.137.410/0001-80, doravante denominado “CONTRATANTE”, neste ato representado pela **Sra. Secretária Municipal da Educação, Maria do Carmo Monteiro Kobayashi**, por força dos Decretos nº 4.705, de 23 de maio de 1.986 e nº 6.618, de 27 de maio de 1.993, ambos alterados pelo Decreto nº 7.306, de 11 de maio de 1.995, e por outro lado (GRUPO FORMAL), com sede à \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ em (município), e-mail, telefone, inscrita no CNPJ sob n.º \_\_\_\_\_, doravante denominado(a) “CONTRATADO(A)”, fundamentados nas disposições Lei nº 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Dispensa de Licitação nº 01/2021 por meio de Chamada Pública, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA:

- 1.1. É objeto desta contratação a aquisição de gêneros alimentícios: **AQUISIÇÃO ANUAL DE 2.000 KG (DOIS MIL QUILOS) DE GELÉIA DE MORANGO, ATRAVÉS DE CHAMADA PÚBLICA, POR MEIO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**. Atendendo a Lei nº 11.947/2009, Resolução/CD/FNDE Nº 26, de 17 de junho de 2.013, Resolução/CD/FNDE Nº 4, de 2 abril de 2.015 da Agricultura Familiar para atender os alunos matriculados nas Escolas Municipais e Estaduais e Creche. Os gêneros alimentícios encontram-se descritos na Cláusula I do Edital Nº 064/2022.

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

- 2.1. O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios do Empreendedor rural, parte integrante do Processo Administrativo Nº 9.869/2022.
- 2.2. O contrato terá **vigência pelo prazo de 12(doze) meses**, a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57, §1º da Lei Federal nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA TERCEIRA:

- 3.1. O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Empreendedor rural Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato, denominados CONTRATADO, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP/ano/entidade executora, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

#### CLÁUSULA QUARTA:

- 4.1. O CONTRATADO deverá informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios do Empreendedor Rural para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário.

#### CLÁUSULA QUINTA:

##### 5.1. Produto:

- 5.1.1. O produto deverá estar de acordo com as Normas, Resoluções e Portarias da ANVISA / Ministério da Saúde, ou Ministério da Agricultura, conforme legislação vigente e atender rigorosamente todas as exigências contidas na Especificação Mínima estabelecida no edital nº 064/2022.



5.1.2. As embalagens deverão apresentar as informações de Prazo de Validade e Lote, impressos, gravados ou marcados de forma facilmente visível, legível e indelével (Resolução RDC N° 259 da ANVISA), essas informações deverão constar diretamente na embalagem primária do produto. Deverá conter os Ingredientes, Composição Nutricional (Resolução RDC N° 360 da ANVISA), além das informações exigidas pela NTA 02 do Código Sanitário (Decreto 12.486 de 20/10/1978 da SES-SP).

## 5.2. Do local e periodicidade de entrega dos produtos:

5.2.1. O fornecimento dos itens deverá ser efetuado parceladamente, conforme solicitação realizada pelo Departamento de Alimentação Escolar - DAE, por escrito (via email), com previsão de **entrega trimestral**, ou de acordo com as necessidades do departamento, correndo por conta da contratada as despesas com seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da entrega.

5.2.2. O grupo vencedor deverá seguir rigorosamente os dias, horários e prazos de entrega que é de **10 (dez) dias úteis**, não podendo haver atrasos.

5.2.3. Eventualmente, caso o grupo vencedor tenha alguma intercorrência referente à logística de entrega, deverá documentar a justificativa junto ao Órgão Solicitante, imediatamente após o recebimento do pedido de entrega, e o mesmo poderá deferir ou indeferir a solicitação, de acordo com as necessidades.

5.2.4. Constatada qualquer irregularidade na entrega dos produtos, o grupo vencedor, obrigará-se a trocá-los no prazo máximo de **05 (cinco) dias corridos** a contar da emissão da notificação de devolução dos mesmos, sob pena de sujeitar-se a aplicação das multas ou rescisão do contrato nos termos legais.

5.2.5. O produto a ser entregue estará diretamente vinculado ao ofertado na proposta escrita, ficha técnica e amostra apresentada.

5.2.6. O Município rejeitará, no todo ou em parte, o produto que estiver em desacordo com o Edital.

## 5.3. Entrega:

5.3.1. O grupo vencedor deverá entregar o produto no Departamento de Alimentação Escolar, sito a Av. Eng.º Hélio Pólice, s/nº - Jardim Redentor - Almoxarifado Central, de **segunda a sexta das 08h às 11h30 das 12h30 às 15h30**, de acordo com as necessidades do Departamento.

5.3.2. Na primeira entrega, o grupo vencedor deverá dirigir-se ao Departamento de Alimentação Escolar para a entrega da seguinte documentação:

- a) Declaração de garantia da validade, do padrão de qualidade e da segurança higiênico-sanitária e bromatológica dos produtos a serem fornecidos durante a vigência do Contrato, **ou enquanto o último lote de produtos entregues ainda estiver apresentando validade.**
- b) Documento em papel timbrado informando quais são os veículos de entrega, o número da placa e uma cópia autenticada do documento emitido pelo órgão competente que autoriza o transporte de alimentos. Caso um veículo não relacionado no documento seja utilizado para entregas durante a vigência do Contrato, este deverá vir acompanhado do Certificado de Vistoria emitido pelo órgão competente.
- c) Caso o transporte seja realizado por:
  - c.1) um veículo não relacionado no documento para entregas durante a vigência do Contrato, este deverá vir acompanhado de cópia do Certificado de Vistoria emitido pelo órgão competente
  - c.2) empresa terceirizada, além do documento emitido por órgão competente autorizando o transporte de alimentos, deverá apresentar cópia do contrato de prestação de serviços.

5.3.3. No momento da entrega os produtos deverão dispor de, no mínimo, **12 (doze) meses** de validade.

5.3.4. A quantidade solicitada do produto via pedido, deverá ser entregue em sua totalidade e apresentar o **mesmo lote e/ou validade.**

5.3.5. O veículo utilizado para realizar as entregas deverá ser adequado, conforme normas sanitárias, deverá possuir cabine do condutor isolada de um compartimento de carga fechado, apresentar-se em bom estado de conservação, com revestimento interno liso, impermeável, atóxico e resistente aos procedimentos de higienização e livres de produtos, substâncias, animais, pessoas e objetos estranhos à atividade de transporte de alimentos. Os entregadores deverão estar adequadamente uniformizados, conforme a legislação sanitária vigente. Os entregadores, assim como os veículos de transporte, deverão se apresentar em adequadas condições de higiene.

5.3.6. **Caso o transporte seja realizado por empresa terceirizada, a responsabilidade e a garantia da qualidade continuam sendo do grupo vencedor. Caso ocorra qualquer problema durante as entregas, o grupo vencedor será notificado para tomar ciência e providências necessárias.**

5.3.7. O município poderá recusar o objeto contratado, caso esteja em desacordo com a proposta oferecida no certame, com mal estado de conservação com perfuração ou mau cheiro. O produto deverá ser de primeira qualidade, sendo assim serão considerados apenas os que atenderem as especificações contidas neste edital.

5.3.8. No caso de dúvidas quanto ao atendimento integral das especificações do produto, ou seja, das características sensoriais (odor, sabor, solubilidade, consistência, cor, etc.) e técnicas (composição nutricional, embalagem, etc.), o



Departamento de Alimentação Escolar realizará análise e verificação do produto entregue de modo a confrontá-lo com as exigências de qualidade definidas neste Edital e com a amostra contra-prova.

5.3.9. O município reserva-se o direito de extrair amostras dos produtos entregues, caso haja dúvida quanto à qualidade higiênico-sanitária e bromatológica dos mesmos, e encaminhá-las para análises em Laboratório Oficial, correndo as despesas por conta do grupo vencedor, com fundamento no Artigo 75 da Lei federal nº 8.666/93.

5.3.10. Durante a vigência do contrato, o Departamento de Alimentação Escolar poderá realizar visita técnica ao grupo formal, a fim de verificar as condições higiênico-sanitárias do estabelecimento e do processo de produção.

5.3.11. O grupo formal se compromete a fornecer os produtos com prioridade de atendimento, tendo em vista o interesse público.

#### **CLÁUSULA SEXTA:**

6.1. A entrega dos gêneros alimentícios deverá ser realizada conforme dispõe a Cláusula V, e é imprescindível a aceitação para o recebimento dos alimentos, observando-se as condições estabelecidas neste Edital, mediante preenchimento do TERMO DE RECEBIMENTO – ANEXO V do edital nº 064/2022, a ser confeccionado pelo GRUPO FORMAL de forma padronizada com a sua logomarca; preenchido em 03 (três) vias, sendo a primeira via do município; a segunda via do GRUPO FORMAL (se for o caso) e a terceira via do Agricultor ou Empreendedor de Base Familiar Rural.

6.2. Só será(ão) aceito(s) pelo município, Termo(s) de Recebimento sem rasuras, assinado e carimbado (com o número de matrícula) do diretor ou servidor designado para o recebimento, cabendo ao Almojarifado de Gêneros Alimentícios o direito de conferir a qualidade e a quantidade do(s) produto(s) e alterar a informação discriminada quando houver divergência, com a rubrica do responsável pelo recebimento no item corrigido.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA:**

7.1. Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios do Empreendedor rural, o(a) CONTRATADO receberá o valor total de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), conforme listagem anexa a seguir:

**1. Nome do Empreendedor rural Familiar 2. CPF 3. DAP Declaração de Aptidão ao PRONAF 4. Produto 5. Unidade 6. Qtd/Un. 7. Preço Proposto 8. Valor Total**

#### **CLÁUSULA OITAVA:**

8.1. No valor mencionado na cláusula sétima estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

#### **CLÁUSULA NONA:**

9.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

9.1.1. Reserva de verba nº **2.089, conforme indicação da folha 102 dos autos.**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA:**

10.1. O pagamento será efetuado, até o 10º (décimo) dia corrido a contar da entrega do documento fiscal (nota) correspondente ao fornecimento efetuado na Secretaria Municipal de Economia e Finanças, obedecendo à ordem cronológica de sua exigibilidade, mediante ordem bancária através de instituição financeira a ser determinada pelo CONTRATANTE.

10.1.1. Na Nota Fiscal de cada entrega deverá constar discriminado o nome e nº das DAP's individuais de cada agricultor, correspondente à(s) quantidade(s) fornecida(s).

10.2. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:**

11.1. O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida, ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:**

12.1. Os casos de inadimplência do CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:**



- 13.1. O CONTRATADO deverá guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congêneres, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios do Empreendedor rural para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:**

- 14.1. O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos as Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios do Empreendedor rural para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:**

- 15.1. É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:**

- 16.1. O CONTRATANTE em razão da supremacia do interesse público sobre os interesses particulares poderá:
- Modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
  - Rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
  - Fiscalizar a execução do contrato;
  - Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;
  - Sempre que o CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:**

- 17.1. No caso de atraso injustificado na execução do contrato ou de sua inexecução parcial, o CONTRATANTE reserva-se o direito de aplicar multa moratória de 2% (dois por cento) ao dia, até o total de 05 (cinco) dias sobre o valor da parcela inadimplida do contrato, além das demais sanções previstas no art. 87 da Lei Federal n.º 8.666/93, quais sejam:
- 17.1.1. Advertência;
  - 17.1.2. Multa de 10% (dez por cento) do valor da parcela inadimplida do contrato em caso de rescisão unilateral;
  - 17.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração, com prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;
  - 17.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o CONTRATADO ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorridos o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
- 17.2. O CONTRATADO, depois de notificada pelo CONTRATANTE da imposição de qualquer penalidade, poderá apresentar no prazo de 10 (dez) dias, por escrito, sua defesa, para decisão. O CONTRATANTE se reserva o direito de julgar, a seu inteiro juízo e critério, em igual prazo.
- 17.3. As multas aplicadas poderão ser descontadas de eventual crédito existente do CONTRATADO ou cobradas judicialmente.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:**

- 18.1. A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação – Departamento de Alimentação Escolar, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA:**

- 19.1. O presente contrato rege-se, ainda, por Dispensa de Licitação, Resolução/CD/FNDE N° 26, de 17 de junho de 2013 e pela Lei n° 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamenta, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA:**

- 20.1. O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, e sem necessidade de adoção de qualquer outra providência na esfera judicial, rescindir a avença, ao amparo e na forma dos arts. 77 a 80, Lei Federal n° 8.666/93, estando asseguradas em quaisquer hipóteses, as garantias constitucionais ao contraditório, à ampla defesa e ao devido processo legal.



**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA:**

21.1. Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA:**

22.1. As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA:**

23.1. Este Contrato, desde que observada à formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vigésima, poderá ser rescindido, nos seguintes casos:

- a) Por acordo entre as partes;
- b) Pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c) Quaisquer dos motivos previstos em lei.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA:**

24.1. O Município designa como ÓRGÃO GERENCIADOR Do contrato a Secretaria Municipal da Educação, que terá a incumbência de efetuar a prática de todos os atos de controle e gerenciamento ao contrato.

24.2. São integrantes deste contrato a Secretaria Municipal da Educação, designadas como ÓRGÃOS PARTICIPANTES da mesma.

24.3. O Município de Bauru designa ainda, como Gestor(a) e Fiscal deste contrato, os seguintes servidores:

- a) Gestor Titular: **Franly Regina Craveiro**, matrícula 26.028 portador(a) do RG nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_;
- b) Gestor Suplente: **Francine Brandão Dolo de Souza**, matrícula 30.618, portador(a) do RG. \_\_\_\_\_ e CPF \_\_\_\_\_;

24.4. A Contratada, designa como Gestor(a) deste contrato, o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) do RG nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, conforme constante na seu projeto de venda, que é parte integrante deste documento.

24.5. Ao(s) gestor(es) do contrato por parte do Município de Bauru, além das atribuições previstas no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto Municipal nº 13.832/2018, compete:

- f) acompanhar e atestar o recebimento definitivo dos produtos;
- g) conferir, atestar e encaminhar para pagamento a nota fiscal;
- h) encaminhar a Divisão de Compras e Licitações documentos que relacione as ocorrências de irregularidades no cumprimento do fornecimento, a fim de notificar a licitante para sanar as irregularidades;
- i) solicitar a licitante vencedora e seus prepostos todas as providências necessárias ao bom andamento dos fornecimentos;
- j) verificar se os produtos fornecidos pela licitante vencedora estão de acordo com as especificações e determinando o que for necessário a regularização das falhas observadas.

24.5.1. Assegurar-se, quando do uso do contrato, quanto aos valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização.

24.5.2. Zelar, pelos demais atos da contratada, relativos ao cumprimento das obrigações assumidas, e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais.

24.5.3. Informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa da contratada em atender às condições estabelecidas no edital, firmadas neste contrato, quanto às divergências relativas à entrega ou as características e origem dos bens registrados.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA:**

25.1. É competente o Foro da Comarca de Bauru para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Maria do Carmo Monteiro Kobayashi  
**Secretária Municipal da Educação**

CONTRATADA



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU  
Secretaria Municipal da Educação  
Divisão de Compras e Licitações

TESTEMUNHAS:

Assinatura:

Nome:

RG:

Assinatura:

Nome:

RG:





**ANEXO III**

**TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO**  
**CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS**

**MUNICÍPIO DE BAURU**

**CONTRATANTE:** SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

**CONTRATADA:** \_\_\_\_\_

**CONTRATO Nº (DE ORIGEM):**

**OBJETO:** AQUISIÇÃO ANUAL DE 2.000 KG (DOIS MIL QUILOS) DE GELÉIA DE MORANGO, ATRAVÉS DE CHAMADA PÚBLICA, POR MEIO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:
  - a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
  - b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
  - c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
  - d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
  - e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.
2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:
  - a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
  - b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Bauru, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome/ cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_

Data de Nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Endereço residencial completo: \_\_\_\_\_

E-mail institucional \_\_\_\_\_

E-mail pessoal: \_\_\_\_\_

Telefone(s): \_\_\_\_\_



Assinatura: \_\_\_\_\_

**GESTOR SUBSTITUTO DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome/ cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_

Data de Nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Endereço residencial completo: \_\_\_\_\_

E-mail institucional \_\_\_\_\_

E-mail pessoal: \_\_\_\_\_

Telefone(s): \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

**Pelo CONTRATANTE:**

Nome/ cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_

Data de Nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Endereço residencial completo: \_\_\_\_\_

E-mail institucional \_\_\_\_\_

E-mail pessoal: \_\_\_\_\_

Telefone(s): \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**Pela CONTRATADA:**

Nome/ cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_

Data de Nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Endereço residencial completo: \_\_\_\_\_

E-mail institucional \_\_\_\_\_

E-mail pessoal: \_\_\_\_\_

Telefone(s): \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

(\*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.

**Advogado:**

(\*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.

**Maria do Carmo Monteiro Kobayashi**  
Secretária Municipal da Educação

**CONTRATADA**



**ANEXO IV**

**CADASTRO DO RESPONSÁVEL QUE ASSINOU CONTRATO OU ATO JURÍDICO ANÁLOGO E/OU TERMO ADITIVO,  
MODIFICATIVO OU COMPLEMENTAR**

**MUNICÍPIO DE BAURU**

**CONTRATANTE:** SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

**CONTRATADA:** \_\_\_\_\_

**CONTRATO Nº (DE ORIGEM):**

**OBJETO:** AQUISIÇÃO ANUAL DE 2.000 KG (DOIS MIL QUILOS) DE GELÉIA DE MORANGO, ATRAVÉS DE CHAMADA PÚBLICA, POR MEIO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO.

**Nome:** Maria do Carmo Monteiro Kobayashi

Cargo: Secretária Municipal Da Educação

RG: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Data de Nascimento: \_\_\_\_\_

Endereço Residencial: \_\_\_\_\_

Endereço Comercial: Alameda Dama da Noite, Nº 3-14, Parque Vista Alegre, Bauru- SP

E-mail Institucional: [educacao@bauru.sp.gov.br](mailto:educacao@bauru.sp.gov.br)

E-mail Pessoal: \_\_\_\_\_

Telefone: (14) 3214-4301

**PERÍODO DE GESTÃO:** 2021 à 2024

*(\*) Não deve ser o endereço do Órgão/Poder. Deve ser o endereço onde poderá ser encontrado, caso não esteja mais exercendo o mandato ou cargo.*

I. RESPONSÁVEL PELO ATENDIMENTO A REQUISIÇÕES DE DOCUMENTOS DO TCESP

**NOME:**

**CARGO:** CONTROLADOR GERAL

**ENDEREÇO COMERCIAL DO ÓRGÃO / SETOR:**

**TELEFONE E FAX:** (14)

**E-MAIL:**



**ANEXO V**

**TERMO DE RECEBIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR**

1. Atesto que (nome da Entidade Executora) \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, representada por (nome do representante legal), \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_ recebeu em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ ou durante o período de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ a \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ do(s) nome(s) do(s) fornecedor(es) \_\_\_\_\_ dos produtos abaixo relacionados:

2. Produto	3. Quantidade	4. Unidade	5. Valor Unidade	6. Valor total *
7. Totais				

8. Nestes termos, os produtos entregues estão de acordo com o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e totalizam o valor de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

Declaro ainda que o(s) produto(s) recebido(s) está(ão) de acordo com os padrões de qualidade aceitos por esta instituição, pelo(s) qual(is) concedemos a aceitabilidade, comprometendo-nos a dar a destinação final aos produtos recebidos, conforme estabelecido na aquisição da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, aprovado pelo CAE.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Representante da Entidade Executora

\_\_\_\_\_  
Agricultor / Representante do Grupo Fornecedor

Ciente: \_\_\_\_\_  
ENTIDADE ARTICULADORA



## ANEXO VI

### MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

Por este instrumento particular de Procuração, a (Razão Social), com sede (endereço completo da matriz), inscrita no CNPJ/MF sob n.º.....e Inscrição Estadual sob n.º ....., representada neste ato por seu(s) (qualificação(ões) do(s) outorgante(s)) Sr(a)....., portador(a) da Cédula de Identidade RG n.º ..... e CPF n.º....., nomeia(m) e constitui(em) seu bastante Procurador o(a) Sr(a)....., portador(a) da Cédula de Identidade RG n.º ..... e CPF n.º....., a quem confere(imos) amplos poderes para representar a (Razão Social da Empresa) perante ..... (indicação do órgão licitante), no que se referir a **DISPENSA DE LICITAÇÃO ATRAVÉS DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2022**, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do certame, os envelopes DOCUMENTAÇÃO, PROJETO DE VENDA e ainda, as amostras, em nome da Outorgante, negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo município, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes, em nome da Outorgante.

A presente Procuração é válida até o dia .....

Local e data.

(Assinatura(s) do(s) outorgante(s), com poderes para este fim, conforme Estatuto e Ata de posse da atual diretoria ou Contrato Social)

(A procuração deverá vir acompanhada da documentação necessária para comprovação da validade da mesma).



**ANEXO VII**

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PARA INFORMAR O MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA

**À Comissão Permanente de Licitação da Educação  
Prefeitura Municipal de Bauru**

**Processo nº 9.869/2022  
Edital nº 064/2022  
Chamamento Público nº 03/2022**

(Nome da entidade), CNPJ nº \_\_\_\_\_, por meio do seu representante legal, o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, (presidente/procurador), nacionalidade, estado civil, portador do RG nº \_\_\_\_\_, e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA assumir a responsabilidade de informar os itens e o volume de venda de cada produtor associado a esta entidade, bem como todos o(s) Projeto(s) Venda para a Agricultura Familiar, Anexo II da Resolução/CD/FNDE Nº 26, de 17 de junho de 2.013, vinculado(s) a este objeto, ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA/Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SAF.

(cidade)\_\_\_\_\_, (data)\_\_\_\_, de (mês)\_\_\_\_\_ de 2022

Representante legal  
Cargo

CARIMBO CNPJ



**ANEXO VIII**

**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELO CONTROLE DO ATENDIMENTO DO LIMITE INDIVIDUAL DE VENDA DOS COOPERADOS/ASSOCIADOS (GRUPOS FORMAIS)**

O(A) (nome do Grupo Formal) \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_,  
DAP jurídica nº \_\_\_\_\_ com sede \_\_\_\_\_,  
neste ato representado(a) por (nome do representante legal de acordo com o Projeto de Venda) \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, portador (a) da Cédula de Identidade RG nº  
\_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, nos termos do Estatuto Social, DECLARA que se responsabilizará  
pelo controle do limite individual de venda de gêneros alimentícios dos Agricultores e Empreendedores de Base  
Familiar Rural que compõem o quadro social desta Entidade, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por  
DAP/ANO CIVIL/ ENTIDADE EXECUTORA referente à sua produção, considerando os dispositivos da Lei nº  
11.947/2009 e da Resolução FNDE n.º 26/2013 com as alterações da Resolução FNDE nº 04/2015 que regem o  
Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e demais documentos normativos, no que couber.

Local, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura



**ANEXO IX**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DO AGRICULTOR FAMILIAR – PRODUÇÃO PRÓPRIA (GRUPOS FORMAIS)**

**DECLARAÇÃO DE PRODUÇÃO PRÓPRIA (CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2022)**

Eu, \_\_\_\_\_ representante da \_\_\_\_\_ Cooperativa/Associação  
\_\_\_\_\_, com CNPJ  
nº \_\_\_\_\_ e DAP Jurídica nº \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, declaro, para fins de participação no Programa Nacional de Alimentação Escolar  
– PNAE, que os gêneros alimentícios relacionados no projeto de venda são oriundos de produção dos  
cooperados/associados que possuem DAP física e compõem esta cooperativa/associação.

Local, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura